

# Adiado julgamento JORNAL DE BRASÍLIA 18 JUN 1988 das obras do Lago

8861 NOR 8 - Edna Dantas

A aprovação ou não do relatório do senador Maurício Corrêa (PDT-DF) sobre os obras de despoluição do Lago Paranoá, desenvolvido pela Companhia de Água e Esgotos de Brasília (Caesb), ficou para a próxima terça-feira. A decisão foi tomada após uma hora de reunião, ontem, da Comissão do Distrito Federal no Senado, onde um grupo de parlamentares liderados por Edison Lobão (PFL-MA) pediu "vista", para analisar com mais profundidade o documento.

O relatório do senador pedetista, aprovado preliminarmente pela subcomissão criada para apurar denúncias de irregularidades no projeto, pede a revogação da concorrência que escolheu as empreiteiras executoras do projeto — Serveng-Civilsan e Andrade Gutierrez — e, consequentemente, a paralisação das obras, em andamento desde o ano passado.

Por mais de dez minutos os senadores ficaram discutindo se era necessária ou não a presença do relator Maurício Corrêa. Depois disto, sem chegarem a nenhuma conclusão, os parlamentares passaram a discutir outros pontos. Edison Lobão, que foi contrário à criação da Subcomissão, fez parte dela e votou contra o relatório na

conclusão das investigações, pediu a invalidação dos estudos da Subcomissão, e, consequentemente a impugnação do relatório de Corrêa, que segundo ele estava utilizando o caso da despoluição como forma de projeção política, visando futura candidatura ao governo do DF.

## Reviravolta

Antes mesmo de Lobão encerrar sua fala chegaram à sala da Comissão os senadores Maurício Corrêa, Mansueto de Lavor (PMDB-PE), Ronan Tito (PMDB-MG), e Chagas Rodrigues (PMDB-PI). Os mesmos senadores que inicialmente queriam, ou votar apressadamente, sem a presença de Maurício Corrêa, ou impugnar o relatório, acabaram pedindo "vista". A previsão de um dos senadores presente era de que se houvesse a votação o resultado seria empate: cinco a cinco. O voto de minerva ficaria para o presidente da Comissão, Meira Filho. "Um voto certamente imprevisível", disse o senador.

De acordo com o Regimento interno do Senado o prazo para pedido de "vista", neste caso, é de cinco dias. Assim, a reunião cairia no domingo, e por isso, a secretaria da Comissão decidiu marcá-la para terça-feira, quando um maior número de parlamentares já terá chegado em Brasília.